

## **DISCURSOS JORNALÍSTICOS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES<sup>1</sup>**

### **JOURNALISTIC DISCOURSES AND THE VIOLENCE AGAINST WOMEN**

*Mayra Rodrigues Gomes<sup>2</sup>*

**Resumo:** *Parte de uma pesquisa mais ampla, neste artigo apresentamos resultados parciais de estudo sobre os discursos que circulam na mídia impressa em meio aos relatos construídos sobre casos de violência contra as mulheres.*

**Palavras-chave:** *Violência contra as mulheres. Jornalismo. Discurso.*

---

#### **Introdução**

No resumo expandido propusemos a apresentação de parte dos resultados de ampla pesquisa sobre o tratamento dado, pela produção jornalística, à violência contra as mulheres. Procurando determinar o espaço de exercício da proposta, ou seja, o *corpus* mais condizente, o jornalismo impresso se mostrou uma escolha adequada, até mesmo para evitar a efemeridade das produções nas redes sociais. Concebido como lugar de registro e memória dos fatos, de embate e negociação de ideias, suas matérias constituem fonte pertinente à investigação em curso. Tais textos foram selecionados a partir do jornal *Folha de S. Paulo*, por sua expressiva tiragem no Brasil.

O fato de que, embora as últimas décadas tenham sido marcadas pelo advento de leis que respaldam direitos humanos e penalizam todo tratamento indigno reservado às mulheres, os últimos anos sejam notórios por agressões às mulheres motiva fortemente nossa investigação. Essa é uma situação em nível mundial, que mostra a relevância sócio/cultural do assunto aqui investigado.

Em nosso país, as sistemáticas agressões, sobretudo de cunho sexual, persistem, como o levantamento do 10.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela – cinco estupros por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à DTI 11 - Estudos de Jornalismo - do XV Congresso IBERCOM, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mayra Rodrigues Gomes, Professora Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e-mail: mayragomes@usp.br.

hora em 2016. Adotou-se a terminologia “cultura do estupro” para designar a condição brasileira.

Diante desse contexto, a pesquisa é conduzida por interrogações dirigidas aos discursos que circulam sobre o assunto. A escolha de privilegiar os discursos se faz porque, tomados nos sentidos consagrados por Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, nossos referenciais teóricos e metodológicos, eles constituem o lugar onde se materializam as ideias que fundamentam uma cultura. Segundo esse referencial, é preciso dar atenção às marcas específicas em vocabulários e frases que carregam o tom e as idiosincrasias de um ideário. Da mesma forma, seguindo Eni Orlandi, é necessário prestar atenção à ausência de palavras ou de relatos sobre ocorrências. O silêncio também deixa marcas no texto e define sentidos.

Assim, a pesquisa busca averiguar o cerceamento que discursos já consolidados exercem sobre os mais novos, como acerca dos de direitos das mulheres. Busca ainda anotar o intercâmbio e disputa entre discursos contraditórios que transitam numa cultura.

O estupro coletivo de uma menina de 16 anos em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2016, por meio dos discursos sobre ele veiculados, é aqui investigado, desde sua eclosão até o indiciamento dos responsáveis, em 17 de junho do mesmo ano. Tais discursos são examinados a partir das matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, no período em foco. O resultado desse exame é confrontado com o que foi publicado na seção *Painel do Leitor* do mesmo jornal, na mesma temporalidade, sobre o tema pesquisado. Portanto, do exame dos discursos que atravessam as matérias coletadas, comparados aos discursos que atravessam as cartas endereçadas ao *Painel do Leitor*, é que se extraem os resultados aqui apresentados.

Portanto, trata-se aqui de pormenorizar as afirmações que acabamos de colocar e de apresentar a segunda parte dos resultados de pesquisa sobre o tratamento dado, pela produção jornalística, à violência contra as mulheres. Ela é conduzida por interrogações dirigidas aos discursos que circulam sobre o assunto, que afloram e transitam na esfera pública a cada eclosão de brutalidade contra as mulheres.

As últimas décadas foram marcadas pelo advento de leis que respaldam direitos humanos e, colateralmente, condenam atitudes de desprezo e desconsideração reservadas às mulheres, em particular, a violência de que elas têm sido objeto ao longo de nossa história.

Apesar dessas leis, os últimos anos têm sido notórios pelo confronto entre legislação e prática social, entre princípios e hábitos arraigados, assim como pela intensa disputa nas redes sociais e correspondentes manifestações públicas presenciais motivadas por ocorrências funestas.

Para que tenhamos uma ideia do panorama dos casos brasileiros, recorremos a dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, que apontam o índice de 13 assassinatos de mulheres por dia, e aos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que indicam que uma mulher é violentada a cada 11 minutos no país.

Ainda que motivo de fortes protestos com alcance mundial, as sistemáticas agressões, sobretudo de cunho sexual, persistem, apesar de leis e campanhas pelo respeito às mulheres. Os dados mais atuais, fruto do levantamento do 10.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, revelam a ocorrência de cinco estupros por hora em 2016.

Assim, tem sido adotada a terminologia “cultura do estupro” para designar a condição brasileira. Tomamos, para esses termos, a definição da doutora em Direito, ativista de direitos humanos e historiadora dos direitos das mulheres, Cynthia Semíramis Machado Vianna: “Uma expressão que vem se tornando bastante frequente quando se fala em violência contra mulheres é que vivemos em uma ‘cultura do estupro’, na qual a sociedade incentiva a violência sexual contra mulheres” (SEMÍRAMIS, 2013).

No conjunto da investigação, a questão que nos orienta diz respeito à possibilidade de que novos discursos tenham força limitada diante de discursos antigos, culturalmente consolidados. Além disso, suspeitamos que concepções afeitas a destituir as mulheres sejam silenciosamente hegemônicas na cultura brasileira. Interessa, pois, no estudo que estamos desenvolvendo, como um todo, um levantamento das diversas falas sobre o tema, as quais circulam em nossas redes de informação e ecoam o verdadeiro espírito de uma comunidade.

### **Entre teorias, corpus e métodos**

A pesquisa acima enunciada constitui-se e uma investigação a configurar-se como estudo de caso, pois focaliza acontecimentos midiáticos, mas transita por universos conceituais que lhe dão uma base para as reflexões a serem tecidas sobre os dados obtidos a partir do exame de casos nas mídias.

Como as interrogações/hipóteses norteadoras da pesquisa dizem respeito à averiguação do cerceamento que discursos tradicionais, já consolidados, promovem em relação a discursos relativamente novos, como aqueles acerca dos direitos das mulheres, e vinculam-se ao propósito de anotar o trânsito e disputa de discursos contraditórios que ecoam as diversas facetas do espírito de uma comunidade, em seu tempo e lugar, temos os estudos de discurso como a base de nossas reflexões. Afinal, os discursos, tomados nos sentidos consagrados por Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, nossos referenciais teóricos e metodológicos, constituem o lugar onde se materializam as ideias que fundamentam uma cultura.

A um conjunto de discursos, chamamos *formações discursivas*, quando mantêm uma linha comum, em termos de tema e ideia, que incide, regulando, sobre campos específicos. Uma formação discursiva traz em seu bojo uma tomada de mundo: uma posição gnosiológica, uma ideologia, uma localização no conjunto dos pensamentos de um tempo e lugar. Caracteriza-se pela demarcação de campos do saber, prático ou teórico, pela demarcação de planos ideológicos, pela demarcação de planos históricos ou epistemológicos e compõe o que entendemos como *ideário*, ou melhor, *ideários* de uma cultura.

As formações discursivas, em seu conjunto na realidade da vida, congregam a soma de discursos circulantes afins. Estes, sempre em mutação conforme as verdades de um tempo e lugar, são aquilo de que se alimentam as conversações, assim como as mídias e sua produção, uma vez que dão o tom do que interessa a uma comunidade, o tom do modo de falar sobre esses interesses e a tonalidade de nossas visões de mundo.

Naturalmente, a obra de Michel Foucault e, em particular seus trabalhos sobre o controle dos discursos, o controle das palavras como estratégia disciplinar e, por conseguinte, sua compreensão de supervisão e controle como táticas de fixação e majoração do poder estão em lugar teórico privilegiado nesse conjunto de saberes que nos orienta.

De acordo com esse conjunto, em termos de análise, é preciso dar atenção às marcas específicas em vocabulários e frases que carregam o tom e as idiossincrasias de um ideário. Ao pretendermos captar discursos de base, discursos que fazem convergir opiniões em torno das agressões às mulheres, é preciso levar em conta, como fizemos em pesquisas anteriores, o papel e a força das palavras. Assim, elementos contextuais podem e devem ser visto pelas marcas que deixam num discurso, porque vocabulários evocam ideias preconcebidas, frases induzem a sentidos implícitos. Trata-se de seguir índices dos discursos circulantes que são compartilhados.

Por isso, nossa investigação é conduzida pela concepção de Dominique Maingueneau segundo a qual uma simples palavra não pode pesar, para análise de discurso, como unidade suficiente. Contudo, como ponto de cristalização semântica de um discurso, ela tem inequívoco valor.

*Mas seria errado pensar que, em um discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos a priori equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. Conhecemos, por exemplo, a voga extraordinária que teve uma palavra como estrutura na crítica literária dos anos 1960 em contextos em que sistema, organização, totalidade, ou, mais trivialmente, plano, teriam dito a mesma coisa. É que a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência (MAINGUENEAU, 2008, p. 81).*

Delineia-se, assim, a aventura de procurar frases, expressões, palavras significantes em relação ao tema escolhido e às hipóteses conjecturadas para o espaço de um *corpus*/laboratório de experimentação.

Se um objeto de pesquisa exige um compatível método de abordagem, como o que acabamos de explicitar, a constituição de um *corpus*, de um lugar exploratório donde colhemos dados e observamos os casos, é sempre efeito de um jogo entre o tema a ser investigado e a escolha do método investigativo.

Nesta pesquisa, dentre um oceano de produções, até mesmo para evitar o intercâmbio fluido, muitas vezes transitório, das produções nas redes sociais, elegemos o jornalismo e suas matérias como ponto de ancoragem. Uma vez que o concebemos como lugar de registro e memória dos fatos, lugar de embate e negociação de ideias, ele se mostra como espaço adequado aos nossos propósitos.

No espírito de delimitar a investigação, constituindo uma amostragem da produção jornalística, outra escolha norteia o desenho do *corpus*: os jornais de mais expressiva tiragem, ou seja, no caso brasileiro, os discursos do jornal *Folha de S. Paulo*, vistos pela ótica das matérias construídas e veiculadas sobre nosso tema de questionamento.

Além disso, limitamos a investigação ao acompanhamento de casos notórios que transitam com certa controvérsia e persistência nas mídias, ocupando diversos espaços de

comunicação/informação. Dessa forma, no presente artigo, focalizamos o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2016.

Trazemos, neste artigo, as considerações a propósito dos dados obtidos no primeiro levantamento - sobre as matérias/relatos do caso - e aqueles obtidos num segundo levantamento – relativo às opiniões que surgiram na seção *Painel do Leitor*.

### **Panorama apresentado: primeiros dados obtidos**

Nessa primeira etapa, trataremos somente das matérias jornalísticas que abordaram o evento de 21 de maio de 2016. Com as palavras-chave: “estupro”, “violência”, “mulher” e “mulheres”, fizemos um levantamento de matérias jornalísticas e suas expressões entre 21 de maio, data da ocorrência do crime, até 17 de junho, data de indiciamento dos culpados. As matérias só começam a ser veiculadas depois que um vídeo do estupro foi divulgado nas redes sociais, no dia 24 de maio, e depois que a vítima, em vista disso, deu queixa, no dia 26 de maio. Assim, a primeira matéria data do dia 27 de maio.

Chegamos a um total de 56 matérias, das quais 30 pertencem ao *Primeiro Caderno*, sendo nove na primeira página. No caderno *Cotidiano*, encontramos nove ocorrências; no caderno *Ilustrada* situam-se 15 textos; há ainda uma matéria no *Ilustríssima*. Além disso, o caderno *New York Times*, publicação semanal da *Folha*, veiculou uma matéria em que comparecem as palavras-chave do levantamento.

De todos esses textos, alguns, embora tenham emergido da busca pelas palavras-chave enunciadas, não têm relação direta com o caso de estupro assinalado. As matérias do caderno *Ilustrada* e do caderno *Ilustríssima* não tratam do caso estudado, mas sim, da ocorrência de estupro em geral, com ênfase na violência contra a mulher. Uma dessas matérias trata de filme argentino, então em cartaz, que gira em torno do estupro de uma professora. Entretanto, essas matérias frisam o prejuízo para as vítimas, a falta de apoio a elas, a precariedade de leis e de recursos punitivos, e uma delas, uma coluna em 5 de junho, critica, brevemente, a posição do delegado que investigou nosso caso no início da apuração. Certamente, foram motivadas pela ocorrência de 21 de maio, mas não a descrevem ou mencionam. Embora haja breve menção à posição preconceituosa do delegado, a menção vem a título de argumento em prol de respeito às mulheres.

O caderno *New York Times*, por sua vez, em que aparecem nossas palavras-chave, trata de casos de estupro nos Estados Unidos, em especial, dos estupros no meio universitário. Assim, foi mera coincidência a ocorrência de abuso naquele país na mesma temporalidade do abuso no Brasil.

Uma matéria de 29 de maio (“Tráfico, tiro e funk marcam cenário de estupro no Rio”) contextualiza o estupro ocorrido no Rio de Janeiro, descrevendo condições de violência, hábitos culturais e o tráfico de drogas, que leva a um estilo de vida próprio em muitas comunidades. A matéria remete à necessidade de soluções sociais. Uma matéria de 1º de junho (“Temer lança plano sem prazo nem custo para proteção de mulheres”) também surge na esteira de motivações do caso examinado, mas não trata dele diretamente.

No conjunto, essas matérias revelam uma proposta ao mesmo tempo vigilante e disciplinar, já apontada como natureza do jornalismo em geral. Como exercício de vigilância, esses textos clamam por soluções a serem dadas pelos órgãos governamentais, enquanto aludem às medidas ineficazes, paliativas ou simplesmente “políticas”. Como viés disciplinar, eles discorrem sobre leis de proteção às mulheres, atitudes a serem tomadas, medidas preventivas e o teor da infração ética representada pelos casos de abusos.

Descartadas as produções colaterais, embora algumas expressem reflexos do caso de estupro em foco, ficamos com matérias exclusivamente dedicadas à descrição dos fatos e dos processos investigativos para responsabilizar os culpados. Assim, são objeto de exercício de nosso estudo aquelas que tratam, exclusiva e diretamente, do caso de estupro na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ocorrido em 21 de maio de 2016, a saber, 39 matérias. Dessas, focalizamos 21 ocorrências internas ao *Primeiro Caderno da Folha* e sete do caderno *Cotidiano* por serem diretamente voltadas ao caso. Portanto, descontamos as nove chamadas da página A1, que trazem somente pequenos trechos das matérias centrais, frequentemente repetidos na íntegra nos textos internos, bem como as matérias sobre os casos paralelos acima descritos.

A partir, então, desse recorte, a primeira matéria que constitui foco de nossa análise, em termos cronológicos, datada de 27 de junho (“Polícia do Rio pede prisão de quatro suspeitos”), começa por relatar que a vítima de estupro depôs à polícia, no dia 26, após ser divulgado nas redes sociais um vídeo, postado no dia 24, que a mostrava desacordada, seminua, e sendo manuseada por homens cujas vozes debochavam e mencionavam estupro. A vítima depôs e foi fazer exame de corpo de delito, quando então tomou coquetel de remédios contra doenças sexualmente transmissíveis.

## ASSIBERCOM

Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação  
XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017

No depoimento, a vítima conta que saiu de casa, no sábado à noite, para encontrar-se com conhecido com quem estava namorando. Depois do encontro, não se lembrava de mais nada, somente que acordou no dia seguinte, em outra casa, rodeada por 33 homens armados. Depois que foi deixada sozinha, vestiu roupas masculinas que estavam por perto, pegou um táxi e voltou para casa. As investigações da polícia avançaram a partir do vídeo, que traz rostos e vozes dos envolvidos. Com isso, foi possível apontar, já de início, quatro suspeitos.

Em 28 de maio, foi publicada pequena chamada na página A1 do *Primeiro Caderno*, relacionada ao editorial “Tragédia humilhante”, dedicado a denunciar o descuido com que os casos de violência contra as mulheres são tratados. Manifesta-se, abertamente, em defesa dos direitos das mulheres, de apoio institucional e de punições aos infratores.

Nesse mesmo dia, em página interna do *Primeiro Caderno*, o relato prossegue (“Polícia faz operação, mas ‘detalhe’ trava prisão de suspeitos de estupro”) com a descrição dos acontecidos e a declaração de que nenhuma prisão havia sido até então feita por falta de melhor fundamentação. Esse foi o argumento dos responsáveis pela investigação: falta de provas de que houve estupro. Essa matéria também traz um depoimento da vítima, que menciona um segundo vídeo, em que ela aparece reagindo contra os homens que a estupraram.

Em 30 de maio, o jornal noticiou que o delegado que cuidava do caso, Alessandro Thiers, foi substituído pela delegada Cristiana Bento. Isso porque a defesa da vítima acusara o primeiro delegado de tratamento machista acerca do caso, uma vez que esse, entre outros diálogos, havia perguntando à vítima se ela gostava de sexo grupal.

Um dia depois, em 31 de maio, a chamada “Delegada diz que ‘estupro está provado’ e pede prisão de 6” é seguida por matéria, no *Primeiro Caderno*, intitulada “‘Estupro está provado’, diz delegada sobre crime no Rio”, que aborda o fato de que, pelo exame de corpo de delito, feito somente no dia 26 – portanto, quando traços da violência já estariam apagados - não se constatou nenhuma lesão. Contudo, nessa matéria, é relatada afirmação de Cristiana Bento sobre a não necessidade de lesão para que um estupro se configure, bem como sobre o fato de que dois rapazes já haviam sido detidos, dentre os seis cuja prisão fora solicitada. A matéria enfatiza a rapidez de ação da delegada. Na sequência dos achados, em 2 de junho, relata-se que o terceiro suspeito foi preso: “Autor do selfie ao lado de adolescente estuprada é preso”.

## ASSIBERCOM

Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação  
XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017

Novamente um editorial, do dia 6 de junho, ocupa-se do caso (“Realidade brutal”). Dessa vez, porém, é de forma indireta, ou seja, por seus efeitos, que o caso é revisitado. O texto critica propostas governamentais apressadas que não “enfrentam a inaceitável impunidade que cerca esse crime”, já que os projetos se limitam a pensar em extensão de penas, ações de apoio sem prazo à vista etc.

Em 7 de junho, há matéria que relata o achado do segundo vídeo, segundo a delegada, uma prova indiscutível de houve estupro. É nesse momento que a delegada extravasa sua opinião de que o Estado teria ‘negligenciado’ a vítima.

Em 8 de junho, na matéria “Polícia do Rio tenta reconstituir 30 horas em estupro de garota”, monta-se encadeamento narrativo dos fatos já sabidos, entra-se em pormenores quanto ao trânsito dos vídeos tirados com celulares e fala-se sobre o próximo passo da investigação, que pretendia encontrar a primeira casa onde esteve a adolescente e seu namorado.

Em 18 de junho, a matéria “Polícia acusa 7 após estupro coletivo de adolescente no Rio” encerra uma etapa de investigações em que, dos sete em questão, somente dois foram presos. Alguns estão foragidos, e os que estão presos negam a participação no estupro.

As matérias que relatam as etapas da investigação da polícia não são opinativas e, apesar de vários momentos trazerem declarações conflitantes, há um empenho descritivo das situações a partir de depoimentos dos envolvidos: vítima, violentadores e investigadores.

Apesar dos conflitos de informação (há depoimentos da vítima, ora dizendo que acordou com 33 homens armados ao redor, ora afirmando que acordou sem se lembrar de nada, ora ainda relatando que acordou com dois homens segurando-a, enquanto outros dois a estupravam, ou que estava consciente e teria se defendido dos agressores (conforme mostra o segundo vídeo), não há uma posição comparativa das informações ou sequer uma proposta esclarecedora.

Em nome da precisão, e da minúcia de nosso levantamento, listamos a seguir as principais inconsistências:

27/05 – mencionam-se 33 suspeitos; no vídeo, grupo toca partes íntimas e fala que mais de trinta passaram por ali; vítima depôs no dia 26, dizendo que foi para uma casa no encontro com namorado e só se lembra de que acordou no dia seguinte em outra casa, nua e sendo observada por 33 homens armados. Na terça, depois de ver o vídeo nas redes e antes de seu depoimento na delegacia, voltou à comunidade procurando

pelo chefe do tráfico, que prometeu investigar o caso do estupro e ressarcir seu celular roubado.

28/5 – Editorial publicado pela *Folha* afirma que a jovem aparece nua e sangrando e na matéria interna a vítima relata que usaram objetos durante o abuso. Reafirma que há um segundo vídeo gravado, em que ela chora e bate nos agressores, pedindo que a deixem.

29/05 – A matéria de contextualização social dos fatos aponta que a menina diz ter acordado com um homem em cima dela.

31/05 – Declara-se que há indício de estupro, já que o vídeo postado nas redes sociais mostra partes íntimas sendo tocadas, embora o exame do Instituto Médico Legal não tenha encontrado lesões.

07/06 – Descobre-se o segundo vídeo, que traz imagens de violação com objeto.

Basta um passar de olhos por essas anotações para perceber a presença de informações contraditórias. Há momentos em que se fala que, no vídeo, aparecem os órgãos genitais feridos; em outros, a delegada diz que, no exame pericial, não foram encontradas lesões. Esta é, talvez, a contradição mais gritante que perpassa as matérias, sem que as dúvidas que elas deixam sejam esclarecidas.

### **Panorama apresentado na segunda parte da investigação: o *Painel do Leitor***

Na sequência de nossa pesquisa, tomamos como objeto de observação as manifestações dos leitores na seção do jornal *Folha de S. Paulo* intitulada *Painel do Leitor*, sempre na página A3 do *Primeiro Caderno*. Com as mesmas palavras-chave utilizadas em fase anterior - a saber, “estupro”, “violência”, “mulher” e “mulheres” -, obtivemos referências que vão de 29 de maio a 19 de junho de 2016.

Como é de conhecimento comum, o jornal escolhe as cartas que serão publicadas dentre um número grande de mensagens recebidas. Ainda que sujeitas a uma seleção e que representem um número reduzido em relação ao montante de cartas dos leitores, conforme veremos em breve, é pertinente a consideração dessas poucas cartas como representativas de discursos que circulam em nossa cultura.

## ASSIBERCOM

Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação  
XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017

Desdobramos alguns argumentos para tanto. Em primeiro lugar, é inegável que elas são extração do que realmente transita entre leitores, assim representando, ao menos parcialmente, fatias de nosso ideário, pelas quais podemos presumir muitos conteúdos.

Em segundo lugar, como é bastante sabido, o *Painel do Leitor*, sendo espaço aberto ao leitor do jornal, abriga um diálogo constante entre leitores, jornal e seus jornalistas e/ou columnistas. O jornal, em sua presença explícita nos editoriais e na expressão do *ombudsman*, é muitas vezes criticado. As cartas primam por lhe fazerem críticas e cobranças. Os columnistas, por sua vez, são objeto de escrutínio igualmente de fãs e de detratores. As cartas conversam com os conteúdos das colunas, desdizendo, corrigindo e demandando posições pró-ativas.

Nessa entoada, nossas palavras-chave aparecem nos dias 29 (por duas vezes) e 30 (uma vez) de maio. Em junho, obtivemos a seguinte escala: no dia 1º, nossas palavras-chave apareceram duas vezes; no dia 2, duas vezes; no dia 3, uma vez; no dia 4, uma vez; no dia 5, uma vez; no dia 6, uma vez; no dia 10, uma vez; no dia 13, duas vezes; e, finalmente, no dia 14, uma vez. Cabe notar que não há manifestações no *Painel do Leitor* até o dia último de nosso rastreamento das matérias jornalísticas levantadas na primeira fase da pesquisa, que termina com o indiciamento dos culpados em 17 de junho.

Como costuma fazer no domingo, o *Painel do Leitor* apresenta um quadro dos assuntos mais disputados pelas cartas. Assim, no dia 5 de junho, temos os assuntos: Michel Temer (16%), Dilma Rousseff (14%) e violência contra a mulher (6%), dentre um total de 1.178 mensagens recebidas pelo jornal. Por esse quadro, percebemos o mergulho na intensa crise política que abala o Brasil. Mesmo assim, a violência contra a mulher não deixou de comparecer entre os assuntos que mais receberam atenção.

No dia 12 de junho, no entanto, temos um quadro em que o interesse pela violência cai: Dilma Rousseff (14%), Michel Temer (12%) e Eduardo Cunha (7%), de um total de 1.195 mensagens. Algo semelhante se repete no *Painel do Leitor* do dia 19 de junho, quando os assuntos mais comentados nas cartas foram: Michel Temer (15%), Lula (9%) e Eduardo Cunha (8%), de um total de 2.853 mensagens recebidas pelo jornal.

Quanto à natureza e conteúdo das missivas, observamos, num total de 15 mensagens, a presença de oito autores e sete autoras, fato que aponta para uma maioria de manifestações masculinas em defesa das mulheres, como veremos adiante.

O tema do estupro e da violência contra as mulheres aparece em subtemas, todos apresentando alguma forma de manifestação contra esse tipo de violência. Elencamos, por

ordem de surgimento, os tópicos privilegiados, sendo que há superposição, ou seja, uma carta pode estar trazendo mais de um assunto ao mesmo tempo. Vejamos:

- 1 - Necessidade de combate ao machismo e à cultura do estupro que leva ao abuso de mulheres: seis cartas;
- 2 - Espanto por ninguém ainda ter sido preso (em 28 de maio): uma carta;
- 3 - Espanto pela atitude do delegado: uma carta;
- 4 - Alerta em relação ao medo em que vivem as mulheres: uma carta;
- 5 – Em vez de novas leis, posicionamento a favor do cumprimento das leis existentes: uma carta;
- 6 – Manifestação contra artigo de Reinaldo Azevedo: três cartas;
- 7 – Manifestação a favor de artigo de Reinaldo Azevedo: uma carta;
- 8 – Posicionamento contra responsabilizar a situação crítica do país pela violência: uma carta;
- 9 - Falta de amparo das instituições: uma carta;
- 10 – Manifestações contra artigo de Marcelo Coelho: uma carta.

Ficam bastante claras, como se pode ver, as posições contra a violência exercida sobre as mulheres, em particular contra a violência sexual, que aparecem implícitas nas cartas que reclamam pela falta de amparo, pelo descumprimento das leis etc.

Não obstante, com o exame das cartas dos leitores, fomos direcionados para matérias que deixamos de lado na primeira parte da pesquisa porque não tratavam, descreviam ou opinavam sobre o estupro coletivo focalizado na pesquisa.

Este é o caso da referida coluna de Reinaldo Azevedo, intitulada “O Estupro como estandarte”, em que o autor critica os comentários direcionados a uma cultura do estupro em que, para ele e com certo pesar, quase todas as atitudes de apreciação masculina, em relação às mulheres e sua aparência, tornam-se acintosas. Critica, também, as manifestações nas ruas que teriam se aproveitado do caso para defender inúmeras outras bandeiras. O colunista afirma que, com esse entorno, a vítima teria desaparecido, tornando-se pretexto para uso político. É somente com essa última menção que Azevedo se liga ao caso de estupro coletivo, pois seu artigo é, basicamente, sobre o uso político das manifestações em toda e qualquer circunstância (AZEVEDO, 2016).

Marcelo Coelho, por sua vez, é criticado pelo seu artigo “Corpos expostos”, em que, segundo carta do leitor, ele faria colocações preconceituosas em relação às mulheres das danças *funk*. O colunista, a propósito de vídeos de danças em que moças se prestam a certa exposição, comenta, entre outras coisas, que as moças vão preparadas, sem calcinha, para os bailes *funk* (COELHO, 2016). É importante notar esse núcleo central do artigo para compreender o protesto do leitor e entender, também, que o artigo, de certa forma, responsabiliza esses modos de ser como um convite ao desrespeito ou desvalorização da mulher.

### **Arremates**

“Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos” (MENA, 2016). A situação em que um terço da população apoia a criminalização da vítima, como evidenciado em matéria de Fernanda Mena, é suficiente para afirmarmos a concreta realidade de uma “cultura do estupro”. No caso aqui examinado, podemos dizer que essa cultura aflora nos modos de condução da investigação pelo delegado afastado, modos esses que supõem a responsabilidade da vítima pela violência sofrida, e são marcados pela retração quanto a prisões imediatas.

O jornalismo, ao menos nas matérias examinadas, que relatam o caso e o andamento das investigações, dá indireto respaldo a essa cultura por supor - ou não questionar, já que não se preocupa com os detalhes das ações - que tudo está sendo encaminhado como deve ser, por parte dos órgãos oficiais, que a vítima está sendo respeitada, como vítima, e que não há necessidade alguma de lhe oferecer, midiaticamente, algum suporte ou defesa.

Por isso, em matéria de 6 de junho (“A cultura do estupro no jornal”) Paula Cesarino Costa, *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, faz duras críticas ao tratamento que o jornal deu ao caso. Tais críticas referem-se a leitores que reclamaram porque as reportagens enunciam “a garota que diz ter sido estuprada”. Para eles, como para a *ombudsman*, não há dúvidas de que ela deve ser tratada como vítima de estupro. Embora do ponto de vista jornalístico a expressão “que diz” seja corrente como marca de distanciamento, impessoalidade e isenção, a *ombudsman* a considerou, no caso, marca de “covardia” do jornal.

Por outro lado, as críticas de Paula Cesarino Costa vão em direção às inconsistências aqui mencionadas. Ela declara que o jornal não desenvolveu uma abordagem em profundidade. Deveria ter trazido dados mais claros para explicar as contradições nas

matérias, a situação brasileira, as políticas públicas possíveis, enfim, um quadro mais depurado da situação no Brasil. Nesse sentido, ela julga que cabe ao jornal trazer outras vozes, como vozes de especialistas, para esclarecer questões de modo a superar a cultura do estupro que condena a vítima por princípio. Essa avaliação é feita, certamente, em função do bom jornalismo e seu fazer.

Esse jeito descuidado com os dados, porém, sem apuração, isto é, esse silêncio sobre as inconsistências no relato, como se elas não existissem ou não merecessem atenção, esse desprezo, afinal das contas, não é, para nós, um simples mau jornalismo: “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 11).

As reflexões teóricas de Orlandi levam-na a considerar algumas formas de silêncio, entre as quais, o que se entende como *silêncio constitutivo*, aquele que se refere ao fato de que um dito faz apagamento de possíveis ditos não atualizados. Na realidade, um dito camufla outros dizeres, ou sentidos, que poderiam emergir. Tal silêncio deve ser pensado a partir do que ele evoca, ou convoca, uma vez que não deixa marcas específicas no texto, ou seja, não deixa palavras documentais.

Esse é o nosso caso na análise do conjunto das matérias em foco. Do mesmo modo que prestamos atenção às palavras, proferidas ou escritas, é preciso atentar para sua ausência: para o silêncio que sua abstenção implica ou para o silêncio que algumas presenças implicam por marcarem um campo de sentidos.

Em cada matéria observada, exerce-se um jornalismo impecável: informativo, em oposição ao opinativo; descritivo, em oposição à dramatização; objetivo, até mesmo com os habituais recursos discursivos para tanto: terceira pessoa, citações de falas dos envolvidos, sempre entre aspas, economia de adjetivos etc.

No entanto, para o leitor que segue, passo a passo, o desenrolar da história pela apresentação dessas matérias, as inconsistências vão, pouco a pouco, minando a credibilidade da vítima, já que ela supostamente se diz e se desdiz. Ao mesmo tempo, o não esclarecimento das contradições revela descaso que seria típico de um posicionamento da cultura do estupro.

Arrolamos essas circunstâncias de silêncio para mostrar certo clima que perpassa o conjunto das matérias aqui trazidas. É como se o jornal tivesse receio de adentrar pormenores da vida da vítima, pormenores que a tornariam mais culpada, talvez, mas também, talvez, menos estereotipada (o “tipo” a levar vida pregressa, insinuada nas matérias) e, portanto,

mais humanizada. No que não foi dito, e fica por dizer, habitam significações que de antemão condenam essa moça, como se o abuso, qualquer que seja, pudesse ser desculpável em algumas circunstâncias.

Já na observação dos dados da segunda coleta, é como se o silêncio das matérias jornalísticas tivesse sido contrabalanceado pela abordagem direta de diversos temas suscitados pelo do caso. Devemos notar que, em nenhuma das cartas, ao menos dentre as divulgadas, os leitores põem em questão a condição de vítima da vítima. Ao contrário, assumem que houve uma infração a ser sanada, a ser compensada e a ser fonte de medidas preventivas para que algo semelhante não volte a acontecer. Essas cartas dos leitores, tão diretas ao assunto, até rechaçando possíveis preconceitos, se tomadas como representativas de nossa cultura, são um bom indício de belos encaminhamentos no sentido de respeito aos direitos das mulheres, às próprias mulheres enquanto uma modalidade de ser, de modo que acabam por compensar o silêncio do jornalismo, vindicando e reabilitando a integridade da vítima.

### **Referências bibliográficas**

- AZEVEDO, Reinaldo. “O Estupro como estandarte”. **Folha de S. Paulo**, 3 junho de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/06/1777766-o-estupro-como-estandarte.shtml>>. Acesso em: 30 Jun. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- COELHO, Marcelo. “Corpos expostos”. **Folha de S. Paulo**, 8 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2016/06/1779326-corpos-expostos.shtml>>. Acesso em: 30 Jun. 2017.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1993.
- MENA, Fernanda. “Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos”. **Folha de S. Paulo**, 21 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml>>. Acesso em: 30 Jun. 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SEMÍRAMIS, Cynthia. “Sobre a cultura do estupro”. **Revista Forum**, 16 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/04/16/cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 30 Jun. 2017.